

**Curso/Disciplina:** Direito Processual Civil Objetivo

**Aula:** 55

**Professor(a):** Alexandre Flexa

**Monitor(a):** Bruno Warwar Marcolino

## PARTE 1

### TEMA: TEORIA GERAL DOS RECURSOS

**CONCEITO:** Meios de impugnação de decisão judicial.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** Duas formas de impugnar decisão judicial. A primeira, os recursos. A segunda são ações autônomas.

É possível impugnar uma decisão judicial **no mesmo processo**, temos os recursos.

Caso queira impugnar uma decisão **em processo anterior** deverá ser por meio de ações autônoma de impugnação. Um exemplo, a ação rescisória. *Querela nulitatis in sanabilis*, Mandado de Segurança contra ato judicial. Embargos à execução, embargos de terceiro.

Existe uma terceira possibilidade para impugnar uma decisão judicial qual seja o **reexame necessário**.

Se proferida a decisão judicial for contra a União e o valor for acima de 1000 salários mínimos ou contra o Estado ou capital de Estado com valor maior de 500 salários mínimos, ou ainda, for Municípios e o valor da causa for superior a 100 salários mínimos estamos diante de uma decisão (ou acórdão) não transitou em julgado na primeira instância mesmo que a apelação não seja interposta.

Não se trata de recurso propriamente dito. Para que seja considerado recurso é necessário previsão legal e de voluntariedade.

O reexame se dá nos mesmos autos, portanto não se trata de ação autônoma.

Não existe recurso obrigatório, recurso *ex officio*.

Segundo exemplo: Após decisão proferida a parte, resolve, ao invés de opor Agravo de Instrumento opta por **pedido de reconsideração**.

Terceiro exemplo: Sentença condenatória transitada em julgado. Começa-se a fase de execução. O devedor apresenta sua defesa. Esta defesa do executado chama-se **impugnação à execução** tendo por objetivo atacar decisão judicial.

Não pode ser tratado como recurso.

É um mero incidente processual.

Reexame necessário, pedido de reconsideração e impugnação à execução: Todos são oferecidos nos mesmos autos. Parecem com recursos embora não sejam. Sucedâneos recursais porquanto ausente previsão legal expressa.

Os recursos propriamente ditos também são oferecidos nos mesmos autos.

## 1) RECURSOS

### 1.1. Teoria Geral dos Recursos

### 1.2. Recursos em Espécie

#### 1.1) TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Conceitos: É o remédio voluntário idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a **invalidação, reforma, esclarecimento, integração ou correção** da decisão impugnada.

Podemos concluir que o recurso possui cinco objetivos ou finalidades diferentes.

Na prática forense, base dos pedidos.

Só cabe recursos quando a decisão for viciada.

**QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS VÍCIOS DA DECISÃO E O PEDIDO NO RECURSO**

<i>error in procedendo</i> (erro formal, processual, no procedimento) -> Peço a invalidação da decisão remetendo os autos ao tribunal de origem para nova decisão.
<i>error in judicando</i> (erro material) -> Peço que o tribunal dê outra decisão. Reforma da decisão judicial. Por causa de um princípio à favor dos Magistrados qual seja a independência funcional, terá seu próprio posicionamento sempre com fundamentação.
Obscuridade ou Contradição -> Quero o mero esclarecimento da decisão judicial.
Erro material -> Peço a correção da decisão judicial.
Erro Material , no novo CPC é atacado por <b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1022, III.</b>